



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| COMISSÃO DO ESPORTE | | | |
|------------------------------------|---------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 0541/16 | DATA: 01/06/2016 | |
| LOCAL: Plenário 4 das Comissões | INÍCIO: 15h17min | TÉRMINO: 17h29min | PÁGINAS: 48 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO |
|---|
| ANDRÉ ARANTES - Professor de Educação Física da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Gestor do Programa Atleta na Escola na fase inicial. GEORGIOS STYLIANOS HATZIDAKIS - Gerente de Projetos Especiais da Confederação Brasileira de Atletismo — CBAT. ANTÔNIO HORA FILHO - Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE. JORGE STEINHILBER - Presidente do Conselho Federal de Educação Física — CONFEF. |

| SUMÁRIO |
|--------------------------------------|
| Debater o Programa Atleta na Escola. |

| OBSERVAÇÕES |
|---|
| Houve exibição de imagens. Houve exibição de vídeo. Grafia não confirmada: Vana Praeses Brasaili. Há orador não identificado em breve intervenção. |



O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Boa tarde a todos os senhores e senhoras.

Esta reunião de audiência pública da Comissão do Esporte acontece em razão da aprovação do Requerimento nº 98/2016, de nossa iniciativa, e tem como objetivo debater o Programa Atleta na Escola.

Para dar início às apresentações, convido para sentarem-se à mesa S.Sa. o Sr. Georgios Stylianos Hatzidakis, Gerente de Projetos Especiais da Confederação Brasileira de Atletismo (*palmas*); S.Sa. o Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física, do Sistema CONFEF/CREF (*palmas*); S.Sa. o Sr. Antônio Hora Filho, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE (*palmas*); e S.Sa. o Sr. André Arantes, Professor de Educação Física da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Gestor do Programa Atleta na Escola na fase inicial. (*Palmas.*)

Informo a todos os presentes que o Sr. Renausto Amanajás, Coordenador do Programa Atleta na Escola, do Ministério da Educação, foi convidado para esta audiência pública, mas, por motivos de saúde, não pode comparecer. O Ministério não indicou nenhum representante.

Comunico a todos que esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no Portal da Câmara, possibilitando, assim, a participação popular através de perguntas dirigidas a esta Comissão.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 15 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado. Nós pedimos aos nobres convidados que se atenham a esses 15 minutos, para que a audiência pública não seja muito extensa, o que provoca o seu esvaziamento.

Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Nós vamos iniciar as exposições com o Sr. André Arantes.



V.Sa. tem a palavra por 15 minutos.

O SR. ANDRÉ ARANTES - Boa tarde a todos. Deputados presentes, senhoras, senhores, Sr. Presidente Deputado César Halum, foi um prazer atender o seu convite. Queria estender meu cumprimento a toda a Mesa: ao Antônio Hora, Presidente da CBDE; ao Georgios Stylianos Hatzidakis, da Confederação Brasileira de Atletismo; ao Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física.

Vamos direto ao ponto, porque, afinal de contas, 15 minutos não é muito tempo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu combinei de aqui fazer uma exposição do programa na sua etapa inicial. Quais foram os motivos que geraram o programa? Como o programa começou? O que efetivamente aconteceu? Qual foi a base teórica? Este programa teve uma base teórica, não foi uma invenção de alguém num final de semana. Ele tem uma base teórica que o sustenta.

O programa começou a ser gestado em 2012, por solicitação do então Ministro do Esporte Aldo Rebelo. S.Exa. nos chamou e disse que nós precisávamos desenvolver um programa de competições escolares em parceria com o Ministério da Educação. E mais: com foco específico nas competições de atletismo. Antes, o programa era conhecido como Corre e Pula, por ter sido feita uma escolha por modalidades fáceis de serem executadas e que tivessem uma adesão muito grande.

Então, inicialmente, formou-se um grupo de trabalho com o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação. A Profa. Suely Druck foi convidada para ser parceira vinculada a esse primeiro momento — inclusive, ela é a pessoa que cuida da Olimpíada de Matemática. Depois, num segundo momento, o projeto continuou só com o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte, com um grupo menor de pessoas que estavam diretamente envolvidas.

Na sequência, o Ministério da Defesa foi convidado a fazer parte do grupo, e ele estava entre os parceiros quando o programa foi lançado pelos Ministros Aldo Rebelo e Aloizio Mercadante.

Esse grupo não era formado só por essas pessoas que estão aí citadas, mas elas eram os gestores dessa ação. O grupo, então, começa a discutir essa demanda



que veio do Ministro do Esporte, já com o envolvimento do Ministro Aloizio Mercadante também.

Não era para sair inventando um negócio. O que existia de referência no mundo que podíamos usar para atender a essa questão colocada pelo Ministro Aldo? Basicamente, esse grupo teve como referência quatro documentos, sobre os quais eu vou discorrer rapidamente aqui.

O primeiro foi o Relatório do TCU de 2011 sobre Esportes de Alto Rendimento. O TCU faz esse relatório por meio de um grupo que trabalha nessa área de prevenção, de discussão, e atua com os Ministérios no sentido de apontar determinadas lacunas a serem resolvidas.

Desse relatório, o que pudemos tirar para atender ao pedido do Ministro Aldo foi a necessidade da formação de um caminho para o desenvolvimento de talentos que passasse pela escola.

As recomendações que o Relatório do TCU faz são basicamente essas que estão na tela: *“a) que promova a institucionalização de um sistema nacional de detecção de talentos esportivos...; e b) que induza fortemente a implementação e a manutenção de uma rede de núcleos de esporte de base com cobertura nacional...”* Essas duas recomendações foram assimiladas por esse grupo.

O segundo documento que também levamos em consideração foi o artigo científico intitulado *Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução Histórica*. Este artigo traça a história dos Jogos Escolares desde 1969, que foi o momento da sua criação, até o ano de 2010. Foi muito interessante ter acesso a esse documento, porque ele apontava que já existia uma tradição brasileira no sentido de promover competições escolares no âmbito nacional, mas que algo não estava funcionando bem. Era importante revitalizar essa ação. E também apontava para a necessidade de um fluxo integrado de competições que tivesse início nas disputas internas na escola, passando pelas etapas municipal, estadual e nacional.

Esta imagem mostra um quadro sinóptico de quase 50 anos dos Jogos Escolares Brasileiros. Eu não vou entrar em detalhes, porque senão vamos perder muito tempo, mas é importante notar algumas coisas.

Primeiro, o evento nacional Jogos Escolares existe há quase 50 anos. O que acontece é que ele vai mudando de nome ao longo do tempo; ele vai passando de



um parceiro organizador para outro parceiro organizador, começando pelo poder público como parceiro organizador nas três primeiras fases e, na última fase, agregando o Comitê Olímpico Brasileiro, que recebe o dinheiro proveniente da Lei Agnelo/Piva para realizar esse evento.

O financiamento, que é um detalhe importante, sempre foi público.

Nas discussões que fizemos, em determinado momento pensamos que o adequado seria criar um evento nacional, mas ficou claro que o evento nacional já existia. E mais, ele foi criado pelo Ministério da Educação e é financiado pelo dinheiro público até hoje. Assim foi em toda a sua história e é até hoje.

Essa foi uma mudança qualitativa essencial, porque esse grupo pode apontar para os Ministros a importância de entrar, sim, nas competições escolares, mas principalmente onde elas estavam fracas, que era exatamente nas etapas iniciais da escola, com o objetivo de fortalecê-las, porque é ali que conseguimos ampliar, democratizar e aumentar o número de participação dos escolares. É diferente de uma etapa nacional, na qual você já tem um grupo selecionado. Óbvio! E é isto mesmo que se quer na etapa nacional: um grupo selecionado. Na etapa inicial, queremos que o maior contingente de escolares possa ter essa experiência de participação num evento como esse. Esse foi o segundo documento nacional.

Levamos em consideração dois documentos internacionais. Um é o *SPLISS — Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success*, de um grupo que trabalha com a criação de sistemas de esportes de alto rendimento.

Quais são os pilares que sustentam um sistema de esporte de rendimento? Este é um trabalho capitaneado pela Veerle De Bosscher, uma pesquisadora belga, mas no grupo há profissionais e pesquisadores de diversas universidades internacionais.

Eles perceberam, então, olhando esse material, que há pilares que contribuem para o desenvolvimento do sistema de esporte de rendimento. Entre esses pilares, é possível destacar a necessidade de ampliação da participação no esporte, ou seja, aumentar o volume de escolares que tenham possibilidade de praticar o esporte. E também o desenvolvimento de uma estrada específica para os atletas de rendimento.



O trabalho de Veerle De Bosscher basicamente cria esses nove pilares que estão aí expostos: suporte financeiro; organização e estruturas da política esportiva, que reportam aos pilares três e quatro; suporte para atletas e pós-carreira esportiva; locais de treinamento; provimento e desenvolvimento de treinadores; competições nacionais e internacionais; e pesquisas científicas.

Segundo De Bosscher e um grande grupo de pesquisadores, um país que quer se tornar uma potência esportiva precisa estar atento a essas questões. Destacamos esses três documentos por onde o nosso programa pode trabalhar.

Também achamos um importante documento do *Sport for Life*, do governo canadense, que trabalha numa lógica muito interessante, pois propõe um trabalho integrado entre as diversas etapas de desenvolvimento, com parceiros públicos e privados, e em diversos ambientes articulados a partir da escola. Nas atividades físicas que eles propõem existe uma orientação voltada para aquilo que eles consideram como alfabetização motora, possibilitando o desenvolvimento de hábitos saudáveis ao longo da vida e um caminho para o desenvolvimento de talentos.

O modelo do Canadá é muito interessante, porque é uma proposta bem atualizada daquilo que, durante muito tempo, se falou no esporte, principalmente no esporte brasileiro, que é a pirâmide. No modelo canadense, a proposta é que as pessoas comecem a fazer esporte e nunca mais parem ou que só parem quando morrerem. Ou seja, até morrerem, que elas façam esporte, façam atividade física.

Podemos perceber, por esta imagem, que na base está a etapa que pega esse grupo inicial de até 12 anos. A partir disso, a idade vai subindo. O grupo que tem interesse pela competição segue a lógica do caminho da competição, e os que não têm interesse têm atividades que promovem a saúde, etc. E depois, mesmo aquele que foi atleta vencedor, campeão olímpico, mundial, a ideia é que ele volte a praticar esporte como promoção da saúde. Ou seja, é um programa bem interessante, pois pensa na saúde ao longo da vida e na promoção de talentos esportivos.

Esses foram os quatro documentos nos quais esse grupo se pautou.

Agora vem a proposta que apresentamos aos Ministros.

Trata-se de um programa com duas etapas, sendo que chamamos a primeira etapa de Jogos Escolares. Ela tem foco na etapa escolar, ou seja, nos jogos nas



escolas, nas competições entre escolas e dentro da escola. Há também a articulação desta etapa com as demais etapas — municipal, estadual e nacional — e com todos os parceiros que compõem esse cenário, que são as Secretarias Municipais de Esporte e de Educação, o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Paralímpico Brasileiro e a CBDE.

Essa figura ilustra bem isso que eu estou falando. Embaixo, está a primeira etapa, que é a etapa escolar, organizada pelas escolas, financiada pelo Programa Atleta na Escola, que é classificatória para a etapa seguinte, municipal, que já existe e é financiada com recursos da Lei 12.395/11. Esta etapa, por sua vez, é classificatória para uma etapa estadual ou regional, que já existe muito fortemente e é financiada por recurso que a Secretaria de Esporte ou de Educação de cada Estado recebe do Ministério do Esporte, e que daria acesso à etapa nacional, organizada pelo Comitê Olímpico e pelo CPB.

Esse sistema já acontecia, com exceção dessa primeira etapa, que não existia, e da etapa municipal, que era muito fraca — aproximadamente 45%, 50% dos Municípios a faziam. Da etapa estadual para cima, ele já acontecia. Mas interligar o sistema todo e começar da etapa escolar foi exatamente a contribuição que o Programa Atleta na Escola deu.

A segunda etapa do programa era a criação do Centro de Iniciação ao Esporte, para o desenvolvimento dos interessados na iniciação e aperfeiçoamento esportivo, para o desenvolvimento em parceria com Secretarias Municipais e Estaduais de Esporte e confederações brasileiras.

Então, esses são os CIEs — Centros de Iniciação ao Esporte.

O Ministério do Esporte, até o ano passado ou até 2014, tinha a proposta de fazer 286 centros espalhados pelo País, mas eu perdi o contato e não sei como isso ficou. A primeira etapa aconteceu muito forte e a segunda ficou para acontecer.

Para encerrar minha fala, eu queria apresentar essa figura, que ainda é uma elaboração que não está completa, que não está acabada. Eu contei com a colaboração do Professor Dr. Amauri Bassoli para o desenvolvimento disso. Basicamente, o que essa figura mostra é o seguinte: o Programa Atleta na Escola está aqui, a saída dos jogos do CIE, mas isso aqui só acontece se houver todo um sistema que o integre na escola. Resumindo: uma educação física voltada para o



movimento, que ajude no desenvolvimento motor de crianças e adolescentes, no desenvolvimento das habilidades motoras fundamentais, habilidades motoras específicas. Ela é fundamental, porque, se não acontecer nessa etapa inicial, de 0 a 12 anos, todo o resto fica comprometido.

Na sequência, é preciso uma educação física que continue aprofundando essas questões, mas numa lógica de participação, de saúde, etc. Junto com isso que já acontece, promovido pelo Ministério do Esporte, que é o Programa Segundo Tempo e o programa Esporte na Escola, uma parceria com o MEC, isso já acontece, aí sim se tem a possibilidade de efetivamente tornar esse sistema forte, com uma entrada interessante aqui no Atleta na Escola, tanto para competir quanto para treinar nos centros de treinamento que se pretende que sejam criados.

Então, essa também é uma visão que orienta esse trabalho. Não adianta pensar e discutir um elemento dessa figura, se os demais não estiverem efetivamente fortalecidos e trabalhando em parceria.

Deputado, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Nós é que agradecemos ao Sr. André Arantes.

Passamos a palavra ao nosso segundo palestrante, Sr. Georgios Stylianos, que também tem 15 minutos.

O SR. GEORGIOS STYLIANOS HATZIDAKIS - Boa tarde. Deputado, agradecemos a sua iniciativa e a da Comissão do Esporte. Boa tarde a todos os Deputados. Boa tarde ao Hora, ao Jorge, ao André.

Estou aqui representando o Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo, o Sr. José Antonio Martins Fernandes. Infelizmente, ele já havia agendado um compromisso no exterior e não pôde desmarcar, senão estaria aqui fazendo essa fala.

Vou falar um pouquinho sobre o Programa Atleta na Escola, que, na realidade, apesar de ser um programa do Ministério do Esporte com o Ministério da Educação, era a menina dos olhos da Confederação Brasileira de Atletismo. Por quê? Porque o nosso papel é pensar no alto nível, é pensar em ganhar medalhas, só que não conseguiremos ganhar medalhas se não tivermos uma base, se não tivermos uma quantidade muito grande de crianças que possam ser observadas,



para que consigamos selecionar os atletas que têm aptidão e que queiram treinar atletismo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Só lembrando, o atletismo tem uma importância fundamental nos Jogos Olímpicos, é a modalidade que mais distribui medalhas nos Jogos Olímpicos, são 114 medalhas. Para sermos potência olímpica, esportiva, para estarmos entre os 10 primeiros, é de fundamental importância ter resultado, e estamos trabalhando para isso. Nós já tivemos 4 medalhas de ouro, 3 de prata e 7 de bronze, o que é muito pouco para um país do tamanho do Brasil. Tivemos diversas medalhas em mundiais também, conquistadas em mundiais de adultos *indoor* e *outdoor*.

O atletismo é uma ferramenta espetacular de educação. Segundo o público, ele tem atributos de união, emoção, raça, dedicação e vitória. De acordo com uma pesquisa que realizamos, fazem parte do DNA do atletismo: superação, disciplina, força, desempenho, saúde. É uma modalidade competitiva, lembra velocidade, e é emocionante e interessante. Esse é o DNA do atletismo.

É também uma modalidade democrática, porque qualquer um pode praticar atletismo em qualquer lugar. Esse é um ponto muito importante. E é uma das modalidades mais utilizadas como forma de inclusão social, pela facilidade que se tem da sua prática em qualquer lugar com a orientação adequada. O atletismo desenvolve habilidades motoras básicas, como correr, saltar, lançar e arremessar. Como foi dito aqui, é fundamental que qualquer criança desenvolva essas habilidades, desde a pré-escola até a vida adulta. Nós temos que saber fazer isso.

Então, o atletismo é uma forma básica de educação, e hoje infelizmente temos percebido que não tem sido utilizado na escola. Por isso defendemos o Atleta na Escola. Pedimos sua volta, a sensibilização do Ministério da Educação para que reative o programa, a partir do próximo ano, fundamental para o desenvolvimento motor das crianças e para o atletismo brasileiro especificamente.

Nós tínhamos um problema muito grande, popularizar o atletismo. Lembro que corrida de rua é atletismo também. Hoje nós temos um *boom* de corridas de rua pelo Brasil. Temos mais de 3 milhões de praticantes de corrida de rua, mas também temos que incentivar a prática do atletismo de pista. E nós temos que revelar talentos. O grande problema hoje não só do atletismo — é o da maioria dos esportes



— é detectar os talentos e conseguir trabalhar esses talentos, seu desenvolvimento, aqueles que quiserem chegar ao esporte de alto nível.

A solução então é a prática do atletismo na escola, como ferramenta de educação e como treinamento, também, no momento adequado. O que temos percebido é que as aulas de Educação Física não têm utilizado o atletismo como uma ferramenta para o desenvolvimento motor das crianças. E, ao mesmo tempo, não há mais treinamento esportivo na escola, não há o Segundo Tempo, não há o contraturno escolar. Isso é muito importante.

Além disso, ressalto a importância das competições escolares. Por isso a CBDE — Confederação Brasileira do Desporto Escolar tem papel fundamental no desenvolvimento das competições escolares. Nós temos as competições federadas e eles cuidam das competições escolares. E a partir daí o foco é selecionar talentos. É fundamental para nós a seleção de talentos.

Como foi dito aqui inicialmente, o Atleta na Escola envolvia os Ministérios da Educação, do Esporte e da Defesa. Nós conseguimos, junto ao Ministério da Educação, que, no Programa Mais Educação, que envolvia 40 mil escolas, o atletismo fosse a modalidade obrigatória — todas as escolas deveriam ter recursos para a realização do atletismo, no Programa Mais Educação.

O Programa Atleta na Escola foi um grande sucesso, em 2014 mobilizou 2 milhões e 400 mil crianças. Então é um programa da base da escola. Realmente o campeonato interno da escola e o campeonato municipal são de fundamental importância.

Mas temos que lembrar o seguinte: o atletismo não pode ser praticado em qualquer lugar. Outro dia nós estávamos transmitindo um curso de miniatletismo e veio a mensagem: *“Ah, quero ver onde tem pista”*. Não se precisa de pista. O atletismo básico para desenvolver as habilidades motoras pode ser praticado na quadra, na rua, na praia e na pista também. É lógico que gostaríamos de ter pista em todo lugar, em toda escola, mas não é a nossa realidade. Um professor com preparação na quadra consegue dar aulas de atletismo muito bem e fazer um bom trabalho.

O segundo ponto, então, é a base de aprendizagem motora. Nós já falamos isso — correr, saltar, lançar e arremessar.



O terceiro ponto é a questão da escola. Às vezes se critica a ideia de detectarmos talentos na escola. Ora bolas, a escola é um local onde se detectam alunos que têm problemas, alunos com algum tipo de deficiência, e os encaminha para o tratamento ou para a correção dessas deficiências de aprendizagem. Qualquer tipo de deficiência os professores têm capacidade de detectar. Por que não detectar talentos? Um grande sucesso nosso é a Olimpíada de Matemática. Justamente para detectar talentos em Matemática, encaminhá-los e dar oportunidade de se desenvolverem de modo mais rápido. No esporte isso também é fundamental.

Então, é papel da escola detectar talentos, especialmente aptidão motora, e encaminhá-los para melhor desenvolvimento. Nós não queremos que a escola desenvolva talento, nós precisamos que ela detecte.

Essa é a tabelinha — ninguém quer que os senhores vejam. Eu peguei como exemplo o Estado de Tocantins, só para mostrar para os senhores. Nós temos uma base, anualmente o Ministério da Educação nos repassava uma base dos melhores resultados dos atletas de 12 a 17 anos. Com essa base, nós, da Confederação, fazíamos o monitoramento para realmente ver se aquele aluno que teve um tempo excepcional em determinado momento pode ser um futuro talento. Nós tivemos 2 anos consecutivos de trabalho, e se interrompeu; quer dizer, ele praticamente se perdeu. Alguns nomes nós estamos monitorando nos diversos Estados do País. Temos a divisão por escola, por Município, por Estado, e, quanto àquele aluno que é talento, incentivamos que o clube local vá lá procurá-lo, ver se ele tem interesse em treinar, em praticar atletismo, para no futuro, se ele tiver interesse, se desenvolver.

Esse então é o grande legado que temos do Atleta na Escola.

Aqui, os senhores veem algumas imagens, como de Anajás, no Pará. Podem ver que o atletismo se pratica em qualquer lugar; até nas palafitas foi praticado. Temos imagens também de atletismo em Itanhaém, na praia; vemos que dá para fazer. Aqui, Piauí, Bahia, Buriti, no Maranhão, e Rio Grande do Sul. Olhem a criatividade do professor. Quer dizer, não se precisa de pista. E temos imagens de atletismo em pista também — Serrana, em Santa Catarina, e novamente Rio Grande do Sul. Então, é de fundamental importância a retomada, pelo Ministério da Educação, desse programa, que efetivamente vai trazer frutos para o futuro.



Lembro que um atleta olímpico leva, no mínimo, 12 anos para ser formado. Então, se nós temos em vista 2024, já deveríamos estar começando o trabalho agora. A criança de 12, 13 ou 14 anos tem que ser detectada e o trabalho deve começar a ser feito para que no futuro ela traga resultados, pelos quais somos tão cobrados.

Vejam que interessante: até em aldeias indígenas, no Mato Grosso, dá para praticar o atletismo.

Eu trouxe um vídeo rápido para os senhores verem qual é a proposta do atletismo na escola.

(Exibição de vídeo.)

Então, Srs. Deputados, realmente gostaríamos do apoio desta Comissão em termos de sensibilização do Ministério do Esporte e do Ministério da Educação pela volta do Programa Atleta na Escola, pois ele é fundamental para o desenvolvimento do atletismo no País. O Presidente Toninho realmente tem isso em mente. Nós estamos investindo na base do esporte. Estamos preparando um curso de miniatletismo para ser efetuado por mais de 40 mil professores da rede pública. O curso será à distância, uma vez que não temos condições de fazer de modo presencial.

Nosso objetivo é fazer com que o atletismo seja utilizado como ferramenta tanto na educação escolar quanto no esporte escolar, pois só assim nós teremos realmente um País forte e ganhador de medalhas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Agradeço ao Sr. Georgios, que fez duas coisas boas aqui, apresentou uma boa palestra e ainda economizou tempo.

Com a palavra agora o Sr. Antônio Hora Filho.

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO - Eu gostaria de agradecer ao Presidente desta Comissão, o Deputado César Halum, por ter gentilmente convidado a CBDE — Confederação Brasileira do Desporto Escolar para participar desta discussão. A CBDE vai aqui engrossar as trincheiras no sentido de solicitar às Sras. e aos Srs. Deputados que realmente reforcem esse pedido de retomada do Programa Atleta na Escola, pelos motivos que nós vamos relatar mais à frente.



(Segue-se exibição de imagens.)

Inicialmente, quero contextualizar a Confederação. A CBDE é a entidade máxima de administração esportiva do desporto escolar no Brasil, é filiada à Federação Internacional do Desporto Escolar, a ISF — International School Sport Federation, e também é filiada a outra entidade internacional muito forte na Europa, chamada FISEC — International Sports Federation for Catholic Schools, que é uma federação de entidades esportivas relacionadas à Igreja Católica, mas as competições esportivas são abertas também a escolas que não sejam do catolicismo. Ambas as entidades internacionais são reconhecidas pelo Comitê Olímpico Internacional. Aqui no Brasil, nós somos reconhecidos oficialmente pelo Ministério do Esporte e recentemente pelo Comitê Olímpico Brasileiro.

O Prof. André Arantes fez uma explanação sobre o sistema esportivo federativo no Brasil, e vimos trazer outra formatação, outro sistema que está em vigor, que é o sistema CBDE. Nós nos utilizamos das escolas como base do nosso sistema CBDE. Então, essas competições que na maioria das vezes são organizadas por grêmios dentro das escolas, por associações de alunos ou até mesmo de professores fomentam a prática esportiva, democratizando-a na escola. Em cada Estado da Federação brasileira nós temos uma federação estadual do desporto escolar. Essas nossas federações filiadas promovem as etapas estaduais das competições escolares. Os vencedores dessas etapas se deslocam para uma competição nacional que a CBDE realiza. Essas competições nem sempre conseguem congregam todas as modalidades. Então, no calendário da CBDE, nós temos campeonatos brasileiros escolares por modalidades, separadamente, ao contrário do que acontece no sistema COB, que reúne todas as modalidades em uma etapa.

Nosso sistema tem um diferencial, porque só a CBDE chancela os representantes escolares do Brasil para competições internacionais. Então, a competição que é realizada pelo COB se encerra no âmbito nacional. Nenhum vencedor da etapa nacional do sistema COB vai representar o Brasil na categoria escolar — é bom que se frise —, porque as confederações possuem seu calendário internacional vinculado às entidades internacionais federativas, e a CBDE remete equipes escolares do Brasil para as competições do calendário da ISF. Nós temos, a



cada 2 anos, a Gymnasiade, que seria a olimpíada escolar. Nós realizamos, em 2013, aqui em Brasília, pela primeira vez na história, uma Gymnasiade no continente americano. Foi realizada com muito sucesso. E temos os campeonatos mundiais por modalidades separadas, que são realizados a cada 2 anos. Em anos pares, temos um número de modalidades e, em anos ímpares, outras modalidades, diferentes, de tal forma que todos os anos nós temos campeonatos mundiais escolares. E ainda encaminhamos nossos representantes para a competição anual da FISEC, que é a federação vinculada ao catolicismo.

Então, demonstramos o que é o sistema CBDE, e agora vamos explicar como o Programa Atleta na Escola vem a beneficiar o nosso sistema e, conseqüentemente, o desenvolvimento do esporte no Brasil.

Tomei a liberdade de pedir a um funcionário do Ministério da Educação dados do Programa Atleta na Escola, para poder fortalecer um pouco aqui os nossos argumentos. Os dados estão aqui. No primeiro ano, em 2013, o programa atingiu 22 mil escolas — 22 mil escolas aderiram ao programa. No ano seguinte, esse número já dobrou. Nós alcançamos 44 mil escolas.

Percebam que a manutenção da política nos levará, conseqüentemente, a atingir o número desejado para que o Brasil se transforme em uma potência olímpica, porque, se nós tivermos uma política contínua, vamos atingir maior número de alunos. Mas infelizmente foi interrompida.

Os Municípios. Nós chegamos, em 2014, a 4.790 Municípios. O Brasil tem pouco mais de 5.500 Municípios. Então, nós estávamos criando uma rede muito forte, chegando praticamente a todos os locais do Brasil, um país continental.

Número de participações. Em 2013, foram 2 milhões de atletas participantes e, no ano seguinte, esse número dobrou, foram 4 milhões.

Quantidade de atletas por modalidade. Nós percebemos que o atletismo, realmente, Prof. Jorge, é a modalidade mais democratizante no ambiente escolar — temos aqui um número, 2 milhões e 300 mil, quase 2 milhões e 400 mil, como o senhor mostrou.

Ainda conforme os dados, em 2013 a meta de adesão foi superada e, no ano seguinte, ela dobrou. Os recursos investidos nesse programa, no primeiro ano, foram da ordem de 30 milhões de reais. No ano seguinte, nós dobramos o número



de participantes, e, no entanto, o recurso não foi dobrado, passou para 45 milhões. Havia uma previsão para em 2015 se investirem 70 milhões, mas o programa foi suspenso. Então os senhores vejam a oportunidade que o Brasil perdeu de dar sequência a uma política de desenvolvimento esportivo.

Aqui, temos um quadro de adesões por regiões e nós percebemos que a Região Nordeste foi a que mais aderiu. Obviamente, essa adesão se refere às escolas públicas do ensino básico. No Nordeste praticamente 100% das escolas aderiram, 96,65%. É uma demonstração de que a política estava chegando realmente às regiões que mais precisavam de política pública.

Agora nós vamos demonstrar como esse programa beneficiou e estimulou as ações da CBDE. A CBDE tem como finalidade promover competições esportivas escolares, mas na verdade a política de fomentar a prática esportiva transcende a competência da CBDE. Isso passa pelas confederações, passa pelo Conselho Federal de Educação Física, passa pelos órgãos públicos.

Nós realizamos, como eu já falei, em Brasília, em 2013 — vejam que coincidência, no ano em que o Atleta na Escola estava sendo lançado —, a Gymnasiade. Atletas que competiram naquela competição hoje estão representando o Brasil nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, ou melhor, vão representar. Essas fotos são das nossas competições de Brasília. Esse atleta é o Vitor Hugo, um dos destaques da Seleção Brasileira principal. Ele ganhou várias medalhas na nossa competição.

Como reflexo dessa ação do atletismo na escola, a CBDE criou o seu Campeonato Brasileiro Escolar de Atletismo. Até então não havia essa competição no nosso calendário. Realizamos a primeira edição em Recife e está agendado realizarmos no segundo semestre, no Rio Grande do Sul, uma grande competição, que será seletiva para o campeonato mundial.

A CBDE já levou, depois da criação do Programa Atleta na Escola, duas representações brasileiras para campeonatos mundiais. A primeira participação do Brasil foi na República Tcheca, onde tivemos uma equipe feminina do Estado de Minas Gerais — alunas que haviam participado do Programa Atleta na Escola e que conseguiram o terceiro lugar por escola —, e a segunda foi na China, na sequência. Além de duas seletivas para a Gymnasiade.



Essas são fotos de atletas que nós conseguimos detectar. É óbvio que alguns já vieram com *know-how*, com histórico atlético, mas a competição esportiva se faz necessária para servir de vitrine, para aqueles que já estão iniciados na modalidade, e também para revelar novos talentos.

Como nós estamos economizando tempo, vamos ter agora a fala do Prof. Jorge, Presidente do CONFEF — Conselho Federal de Educação Física. Eu vou doar a ele alguns minutos.

Eu quero aqui, mais uma vez, reforçar a necessidade imperiosa de o Brasil, de uma vez por todas, parar de interromper programas que trazem benefícios e que estruturam a política nacional. Todos os países que figuram no topo do quadro de medalhas apresentam uma política bem definida de esportes, de desenvolvimento do esporte. E todos esses países se baseiam no esporte escolar.

A CBDE está aqui se colocando à disposição de todos os atores que compõem esse sistema para dar, também, sua parcela de contribuição na organização das competições escolares.

Obrigado pelo espaço. Creio que deu para falar um pouco sobre o nosso sistema. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Ouvimos as palavras do nosso amigo Antônio Hora Filho, Presidente da CBDE.

Eu corroboro sua fala, Antônio Hora, quando diz da necessidade de termos continuísmo nos programas sociais. Veja o caso dos programas esportivos Segundo Tempo, PELC — Programa Esporte e Lazer da Cidade, Pintando a Liberdade, Atleta na Escola. São todos programas que, quando estavam sendo desenvolvidos, davam resultados efetivos, mas hoje estão suspensos, o que prejudica o sucesso e a evolução, que é gradativa no desporto. O Prof. Jorge disse aqui há pouco que leva 12 anos para um atleta olímpico ser formado, e tem que ter a iniciação, a base. Isso tudo nos deixa muito preocupados, quando nós não conseguimos enxergar uma política pública que tenha continuidade.

Dando seguimento aos trabalhos, agora concedo a palavra ao nosso amigo Jorge Steinhilber — é difícil pronunciar (*riso*) —, Presidente do CONFEF, Conselho Federal de Educação Física, para fazer sua explanação.



O SR. JORGE STEINHILBER - Boa tarde. Na pessoa do Deputado Fábio Mitidieri, cumprimento os demais integrantes da Mesa.

Eu vou iniciar esperando que não apanhe muito dos nossos colegas de Mesa e dos nossos Deputados. Em primeiro lugar, quero dizer que o profissional da educação física Georgios tem toda razão, o atletismo já foi o esporte base, já foi um esporte obrigatório na escola. Infelizmente hoje ele praticamente não é desenvolvido. É lamentável que isso aconteça.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu gosto sempre de trazer essa figura para lembrar o seguinte: esse é o grande problema nosso no País. Será que nós temos que nos preocupar tanto com a medalha ou temos que nos preocupar mais com a situação da evolução hoje do povo brasileiro, das nossas crianças e dos nossos jovens? Eu quero realmente trazer essa reflexão aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, agradecendo a oportunidade de estar mais uma vez aqui conversando com todos. E trago algumas reflexões sobre esse desafio que é falar sobre o atleta na escola, ou sobre o esporte na escola, não sei o que vai se desenvolver. Mas aqui me foi dito que nós vamos discutir a respeito deste projeto, o Atleta na Escola.

Se nós formos analisar o que motivou a realização desse projeto, veremos que ele é fantástico. O que me preocupa hoje é que nós estamos muito calcados em teorias, muito calcados em exemplos anteriores, e na prática não conseguimos realmente implementar.

Um dos legados mais importantes dos jogos seria a ideia de todos praticarem esportes, ou seja, esporte para todos. Esse é o projeto do Esporte na Escola. Será que 2016 vai nos levar a isso? Eu já garanto que não. O *tsunami* esportivo nos derrubou, os legados socioeducacionais, as crianças não vão estar motivadas, não vão ser incentivadas à prática do esporte na escola por conta dos jogos.

Mas é importante dizer que o Atleta na Escola buscava democratizar o acesso ao esporte em todo o País, evidentemente reforçando todos os valores inerentes ao esporte. Ou seja, a ideia era desenvolver um projeto em que as crianças realmente visassem à prática da atividade esportiva — não só à competição, mas à prática da atividade esportiva —, observando aquela questão que hoje nós temos de obesidade e sedentarismo, e, evidentemente, fazer com que os valores do esporte



fossem implementados. E, para que eles sejam implementados, não pode ser da forma como estavam sendo feitas as atividades desses projetos, como o Segundo Tempo, etc., ou seja, qualquer pessoa desenvolvendo atividades. Evidentemente, se qualquer pessoa vai desenvolver aquela atividade, nós não vamos conseguir incrementar esses valores.

Aí, temos uma situação, novamente, o programa da escola, democratizar o acesso, difundir os valores olímpicos e paraolímpicos. Ou seja, essa difusão é que, na nossa opinião, era o mais importante. Se quero democratizar, eu tenho que fazer com que as crianças pratiquem esporte, eu tenho que fazer com que todos possam desenvolver esse trabalho. No entanto, o programa tem duas ações. Quais são as ações do programa? Jogos escolares. Ou seja, eu falo em democratização, falo em acesso, falo em valores, mas a ação é competição — ação é realização de jogos escolares e ação é núcleo de iniciação esportiva. Núcleo de iniciação esportiva para quem, onde e como, se nós temos um problema que antecede essa questão?

Daí, eu vou passar para essa incorrência nos três objetivos e ações. Os objetivos são fundamentais e deveriam ser prioridade governamental. Não estou aqui, em nenhum momento, me colocando contra o Atleta na Escola, o Esporte na Escola, muito pelo contrário. Eu estou apenas vendo que não são alcançados os objetivos traçados para eles com as ações implementadas. A realização dos jogos escolares precisa passar por uma análise. Essa é uma questão que precisa ser estabelecida. Hoje, a fase nacional é excelente. Mas e as fases municipais e estaduais, que foram muito bem colocadas pelo Presidente da CBDE?

Muito bem, a competição acontece, é linda e maravilhosa, mas, onde tem que haver democratização, como isso está acontecendo? Como é que se faz esse fomento ao esporte? As confederações esportivas e a Confederação do Desporto Escolar são responsáveis pelo esporte, pela realização da competição esportiva. E quem é responsável pelo desenvolvimento do atleta? Então nós temos o seguinte problema: para haver essa ação, é necessário existir uma política pública voltada ao esporte escolar.

Qual a política pública do esporte escolar? Nós temos uma política pública traçada? Nós sabemos o que pretendemos fazer e de que forma faremos isso? Esse, para mim — e me desculpem a sinceridade —, é o problema principal. Eu



preciso ter essa política, estabelecer minhas prioridades, estabelecer minhas ações para poder depois, então, desenvolver as atividades esportivas e fazer o País chegar ser a potência esportiva de que tanto se fala.

A Constituição nossa venceu, avançou. Hoje o esporte é um direito da criança e um dever do Estado. Esse direito está sendo garantido? Esse direito está sendo implementado? Se não se tem a política e não acontece nada, eu fico com essas questões aqui relacionadas: deveria ser o principal fomento na atividade esportiva alterar profundamente o conceito no País, visto que tratou de forma pioneira a prática esportiva como direito, e os recursos deveriam ser investidos no esporte de base, deveriam ser implementados no fomento ao esporte. Mas se olharmos os recursos financeiros, veremos que eles são gastos no esporte de alto rendimento.

Nós temos uma Política Nacional do Esporte de 2005, que na verdade foi traçada pelo Conselho Nacional do Esporte, quando houve o Ano Internacional da Educação Física, que reconhece que o esporte está longe de ser um direito de todos e ressalta a necessidade de ações efetivas e proposições de políticas que possam assegurar tal direito. Em 2005, 11 anos atrás, já foi levantada essa questão. E o que nós fizemos de lá para cá? O que aconteceu de efetivo de lá para cá, a não serem as competições?

Passamos uma década de competições: 2007, 2013, 2014, agora 2016. Mas as competições não fomentam o esporte. As competições podem promover paixão pelo esporte, para as pessoas as assistirem, mas não vão solucionar a questão relacionada a isso.

Eu tive a oportunidade de estar com André Arantes em uma discussão com Sue Campbell. E ela nos disse, com todas as letras, que os Jogos Olímpicos de 2012 em Londres não fomentaram a educação física escolar e não incentivaram as pessoas a praticarem esportes e que, agora, eles estão fazendo o legado de colocar profissionais de educação física da 1ª à 5ª série para desenvolverem as atividades. Então, nós temos que pensar sobre isso.

E vem a questão: qual o conceito de atleta? Nós temos um conceito de atleta estabelecido? Como iniciar um debate sem que estabeleçamos esse conceito? Vamos ver uma série de conceitos, o do Dicionário Aurélio, o do Krieger e lá, no final: *“praticamente de qualquer tipo de esporte, desportista ou esportista”*.



Então, se atleta é qualquer praticante, a pessoa que está jogando peteca é um atleta. Precisamos identificar do que nós estamos falando quando pretendemos implementar um projeto chamado Atleta na Escola, senão ficaremos novamente perdidos em relação a aonde queremos chegar.

Há uma série de situações relacionadas a atletas: Dia do Atleta Profissional, Dia do Atleta, Eu Atleta, Bolsa Atleta, SESI Atleta do Futuro e por aí vai.

A reflexão: a proposta é teoricamente interessante? Sem dúvida. Porém, onde são praticadas as nossas competições de alto rendimento? Qual o nosso sistema esportivo? Nós ouvimos falar aqui de Estados Unidos, Canadá, China e Europa. Lá, tudo é feito na escola, começa na escola, compete-se na escola e vai pela escola. Vai para a universidade. Aqui, nós temos um sistema em que a escola realiza atividades, a escola faz educação física, a escola promove competição, a federação promove competição, a confederação promove competição, entidades privadas promovem competições. Qual o nosso sistema?

Se eu começo na escola e oriento na escola, depois eu vou para onde? Para a federação? Vou para o núcleo esportivo que vai pertencer a quem? À federação, à confederação, ao Município, à Prefeitura? E começa a situação. É importante o programa na escola com objetivo de incentivar a prática e vivenciar competições, democratizar o acesso, desenvolver e difundir valores, formar cidadãos. Mas, para falar em atletas, nós temos que analisar o esporte na escola.

Se eu não tenho esporte na escola, se eu não tenho educação física escolar, como vou falar de uma situação dessas? O esporte é oferecido no turno? O esporte é pedagógico na escola? É oferecido dentro da própria escola? É oferecido nas diferentes escolas públicas e privadas? É oferecido através de projetos e programas governamentais? É oferecido através de ONGs? São essas questões que peço aos Srs. Deputados, Srs. Parlamentares que reflitam para que possamos ter um plano que seja efetivo.

Pela nossa vivência e experiência, o esporte escolar é incipiente, desorganizado, sem objetivo educacional. Em muitas escolas públicas onde é oferecido, é demagógico e voltado a outros interesses que não o de formação de crianças. Essa é a pura realidade, se nós formos olhar o que de fato acontece em nosso País. Agora, eu reafirmo aqui: o esporte escolar é fundamental, é necessário



e é importantíssimo que ele aconteça. Mas nós temos essa questão da falta da política pública esportiva. Falta clareza no objetivo do esporte, na disciplina Educação Física escolar. Nós não temos também essa questão estabelecida. Falta clareza no objetivo do esporte no contraturno, falta criação de oportunidades nas escolas, faltam finalidade e objetivo no esporte escolar e falta ao Poder Executivo, ao Judiciário e ao Legislativo e à própria sociedade entender o valor do esporte, entender, de fato, o que esse valor representa para a formação da cidadania e como isso pode ser um processo de saúde, um processo de formação de criança.

Sem dúvida nenhuma, se isso tudo aqui acontecer, nós vamos chegar, Jorge, a ter um atleta. Se todo mundo estiver praticando, é fácil selecionar, de repente, pessoas que tenham potencial para ser atleta. Aí não há problema. Agora, se nós não temos essa parte toda desenvolvida, se nós não temos essa política, se não acontece educação física escolar, como nós queremos falar apenas em, de repente, formar atletas sem mais nem menos?

Bom, podemos afirmar que o dinheiro do esporte brasileiro continua negligenciado por falta de todas essas questões: falta de consciência do direito, falta de programa, falta de um sistema nacional e de um plano nacional do esporte — vou repetir e frisar isso. Eu peço a esta Comissão que realmente se debruce sobre isso. Está na hora de termos um plano nacional de esporte realmente estabelecido: o que nós queremos, como nós queremos, de que forma nós queremos e aonde nós queremos chegar.

O Comitê Olímpico Internacional e a UNESCO, em várias organizações, já defendem essa questão do esporte, já defendem a importância do esporte, já defendem que o esporte deve ser desenvolvido por profissionais qualificados, no caso do Brasil, por profissionais de educação física. Evidentemente, isso está escrito em todas as nossas cartas, em todos os nossos documentos e nos trabalhos científicos nas universidades.

Comprovado o valor do esporte já está! A questão é como implementá-lo para que realmente isso venha a acontecer.

Com relação ao esporte, para a UNESCO, a qualidade, o ensino, o treinamento, a administração da educação física e a atividade física do esporte



devem ser realizados por pessoal qualificado. Isso está posto na carta de 2015, na revisão dessa carta, na qual todos nós estamos trabalhando.

A reflexão de número três: somente 31% das escolas brasileiras possuem quadras esportivas; para as escolas municipais, esse número cai para 19%. Que prioridade nós demos durante todos esses anos a essa situação das escolas, se nem um simples local onde possa ser desenvolvida a educação física nas escolas nós temos?

As unidades escolares estão diminuindo a oferta da disciplina Educação Física. Nós estamos falando aqui em esporte na escola. Enquanto os Governos diminuem as aulas de Educação de Física, os Governos tiram os professores de educação física de 1ª a 5ª série, quando nós precisamos de alfabetização motora!

O André explicou isso aqui, falou que, no Canadá, começa lá embaixo, começa na alfabetização motora! No Brasil, nós tiramos os professores da escola, não damos Educação Física de 1ª a 5ª série e, depois, queremos que, lá em cima, ele vire atleta.

Nós estamos na contramão desse processo. Ou seja, eu não dou nenhuma condição para a criança se alfabetizar, ter coordenação motora, desenvolver-se. Depois, eu faço um projeto do qual eu retiro alguns, um cenário totalmente excludente, não será inclusivo, como deve ser todo o processo na escola.

É óbvio que somos a favor da educação integral. Penso que esta é a saída. Agora, de fato, precisa haver a obrigatoriedade da disciplina em todas as séries, eu vou me somar ao Jorge: que seja obrigatória e que haja a disciplina Atletismo, fomentada por todos.

Por que isso não acontece? Nós temos uma situação interessante. Permita-me 2 minutinhos apenas, aproveitando o tempo que o Presidente me concedeu. Recentemente, no 34º Intercolegial 2016, que é organizado pelo jornal *O Globo*, o Ginásio Experimental Olímpico Juan Antonio Samaranch, que é uma Escola Municipal no Rio de Janeiro, ganhou todos os campeonatos de xadrez. A escola existe, se não me engano, há 8 anos, no máximo e ganhou todos os campeonatos!

Por que ela ganhou todos esses campeonatos? É uma escola de tempo integral com 450 alunos, em que todas as salas são climatizadas, possui campo de futebol, piscina, uma sala só para xadrez, uma sala só para pingue-pongue. Bom, se



ela participa do campeonato com essa infraestrutura, é óbvio que ela vai acabar sendo campeã.

São cinco escolas dessas, considerando todas as escolas que nós temos. Bom, isso aqui é escola municipal, é escola pública municipal! Então, na verdade, o que é que nós queremos? O ideal para que todas as escolas sejam assim. Se chegarmos a isso, eu estarei aqui batendo palmas e apoiando para que de fato isso venha a acontecer.

Finalizando, a questão dos valores é a que nós queremos defender sempre. Esses valores do esporte não podem ser substituídos. O valor do esporte é fundamental, mesmo nas competições, e isso tem acontecido.

Nesse ponto quero parabenizar o profissional pelo trabalho que vem desenvolvendo nas competições, trazendo à tona esses valores, que são muito importantes.

Nós comungamos com a reflexão que o profissional André trouxe. Se não houver educação física na escola, nós não temos como alfabetizar; se não temos como alfabetizar, não temos como formar atleta. Possivelmente teremos a possibilidade, porque o Brasil é grande, mas será em número reduzido e de uma forma que não será inclusiva e não será democrática.

Nós não queremos só medalhas. Nós temos que fazer o esporte no sentido de que ele seja formador de campeões para a vida e não apenas de campeões para receber medalhas.

É nesse sentido que eu quero deixar a nossa mensagem e a nossa reflexão. Agradeço a oportunidade e parabeno a Comissão por trazer a reflexão desse importantíssimo projeto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Agradecemos a todos os nosso expositores. Entendo que a matéria é realmente de grande importância. Nós tivemos a felicidade de iniciar essa discussão nesta Comissão em que existem Parlamentares altamente comprometidos com o esporte no Brasil nos seus mais diversos segmentos. Isso vai nos permitir avançar.

Para adiantar, nosso compromisso é concluir o Plano Nacional de Desporto ainda neste semestre. O Deputado Evandro Roman é o responsável por essa



relatoria, que está praticamente no forno, no banho-maria, já está saindo. Será uma grande contribuição que esta Comissão vai dar ao Ministério do Esporte, para que haja a formatação de uma política nacional duradoura.

Antes de entramos no debate dos nossos Parlamentares, sei que todos têm compromisso, passo às duas perguntas que nos chegaram pela Internet. Vou direcioná-las e vamos respondê-las com rapidez.

Uma pergunta endereçada ao André Vargas foi feita pela Sra. Vana Praeses Brasaili, Doutora em Ciência de Esporte: *“Você acha que houve excesso de objetivos no programa? Seria possível escolher como principal um desses objetivos do programa? Há perspectivas de continuidade do programa na atual situação política?”*

Eu disse André Vargas para ver se estavam prestando atenção. Então, fiquei feliz porque está todo mundo atento. A turma fica cochilando, e eu fiz um teste.

O Sr. ANDRÉ ARANTES - Muito obrigado.

Profa. Vana, eu acho que, na verdade, os objetivos são muitos claros. O objetivo principal é um só: democratizar o acesso ao esporte — ponto. Os dois Ministérios, quando o lançaram, tinham isso claro e fizeram uma política que conduz a isso.

Com relação à perspectiva de continuidade na atual situação política, eu não sou a pessoa, hoje em dia, mais adequada para falar, porque não faço parte do Governo. Portanto, eu passo essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Está bom. Há outra pergunta da Sra. Vana, mas vou deixá-la por último.

Alguns Parlamentares inscritos já se ausentaram do plenário. Então, nós vamos chamá-los pela ordem de inscrição.

Concedo a palavra à Deputado Professora Dorinha Seabra Rezende, do DEM do Tocantins.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos. Minha área principal é a Educação. Fui Secretária de Estado da Educação por vários anos. As minhas preocupações vão muito no sentido do que foi colocado aqui pelo Prof. Jorge. Eu acredito muito no papel da educação física e do



desenvolvimento do esporte, mas entendo que nós só vamos ter isso quando houver políticas públicas permanente de formação.

Pelo desenho — vou falar um pouco sobre isso —, o que eu percebo é que, na verdade, são levantados talentos que estão lá, não há a provocação e o desenvolvimento. Isso só aconteceria se nós tivéssemos um novo desenho, uma política continua.

Isso passa também pela formação dos professores, pela formação, no caso, do 1º ano ao 5º ano e da educação infantil. Quem está cuidando das crianças são os pedagogos e o pessoal do curso normal. A grande maioria é professor que fez Pedagogia, que não tem essa formação, embora tenha a noção de desenvolvimento, de psicomotricidade, mas é outro perfil.

No caso ainda do profissional de educação física, eu acho que vários desenhos da estrutura de formação também não conseguem fazer esse trabalho. Estou falando só do jovem. Nós sabemos pela neurociência e pelo desenvolvimento que, na educação infantil, o período de formação faz uma grande diferença no período de desenvolvimento.

Aí eu colocaria essa questão. Na verdade, o próprio lançamento do Programa Atleta da Escola foi feito em uma pauta por um evento. Não tenho nada contra o evento. Talvez por isso nem continuidade exista. Nós sabemos da questão orçamentária. Ele parou hoje, ele está parado. O Governo já tinha um corte, uma situação complicada.

Mesmo sabendo que o atletismo talvez seja a modalidade mais barata de ser desenvolvida — por isso eu falo do perfil do próprio professor de educação física —, existem escolas reais que mal têm sala de aula, às vezes, não há nem o espaço para fazer essa adaptação.

Nós vamos passar pela questão da organização da estrutura horária do professor, que não tem tempo para isso, que não tem condição. Nós falamos: “*Pode fazer em qualquer lugar*”. Ele vai ter que ir à beira de um rio, de uma praia, de uma quadra, mas isso não é a realidade que nós temos, não é o concreto.

Então, a minha pergunta é em relação a essa questão de uma política de formação. Não sei se o Presidente do Conselho teria como colocar a questão dos perfis do curso de formação do profissional de educação física.



Acho que um pouco tem que ser trabalhado nesse sentido, uma parte também junto aos Conselhos e às próprias Secretarias Municipais e Estaduais. É possível organizar. Hoje, um professor do 1º ao 5º ano fica 20 horas em sala de aula. Sobra um dia que, naturalmente, a escola tem que colocar. No meu Estado, tinha a figura do dinamizador, um professor que atuava diretamente na área da educação física e artes para alunos do 1º ao 5º ano e educação infantil. Então, isso é possível de ser organizado. As duas formações, tanto do pedagogo quanto do educador físico, teriam que ser enxergadas.

O Programa Atleta na Escola também não chegou a ser implementado na sua concretude, pelo o que eu sei. Fica aí uma pergunta. Só ficou a primeira etapa, a do levantamento dos talentos, em que seriam selecionados e levados para um centro de treinamento que não existe. Pelo menos eu não o conheço no meu Estado. Acho que é uma realidade de Brasil. Se existem, são poucos espaços dessa natureza.

Também faço uma pergunta para o Dr. Antônio, da Confederação Brasileira do Desporto Escolar. Pelo que eu tenho informação, existe um recurso específico das loterias para a realização dos jogos escolares. Acho que outro expositor também fez menção em relação às fases municipais e estaduais, que, na verdade, para nós, são as principais fases, porque a competição e a participação nacional são uma vitrine, são as medalhas, mas poderia ocorrer no âmbito dos Estados o desenvolvimento de políticas direcionadas.

A informação que eu tenho é que as escolas públicas têm que pagar para participar, o que inviabiliza escolas estaduais e municipais, em sua maioria, de participarem. Acaba ficando um evento muito direcionado para a rede privada.

De maneira geral, eu queria me associar a isso, reconhecendo a importância, até porque há o lúdico. Os jovens, aquelas crianças e adolescentes, até aqueles que não gostam da escola, gostam da atividade, porque é do fazer humano. Eu não sou contra, só acho que nós precisamos ter políticas consolidadas, estruturadas, permanentes e contínuas. Só assim nós vamos ter um efeito de verdade, não só de ficar escolhendo e selecionando, dando oportunidade, que são importantes, mas não mudam realidades em relação ao nosso País.

Muito obrigada.



O SR. ANTÔNIO HORA FILHO - Obrigado, Deputada Professora Dorinha. A senhora me deu uma oportunidade de fazer aqui uma colcha de retalhos. Lá no Nordeste, nós temos uma colcha que, no frio, vamos costurando alguns quadradinhos. Tocantins tem, né? Eu vou aproveitar a participação de todos que fizeram explanação para tentar montar uma colcha de retalho e responder a sua pergunta.

O Prof. André Arantes falou que todas essas ações de desenvolvimento de competições esportivas escolares no Brasil sempre foram, e continuam sendo, financiadas com recursos públicos.

Para a etapa nacional que é realizada hoje pelo COB, em um grande evento, no calendário da CBDE, esse recurso é oriundo da Lei Agnelo/Piva, que destina 2% das loterias para o esporte. Desse montante de 2%, 10% são para o desporto escolar. Desses 10% do desporto escolar, o COB executa 50% em sua olimpíada escolar e os outros 50% descentraliza para a CBDE organizar as etapas nacionais em seu calendário.

Trocando em miúdos, a CBDE hoje executa, desse recurso que passa pelo COB, em torno de 11 milhões de reais. Ora, se o Programa Atleta na Escola investiu 30 milhões de reais no primeiro ano; no segundo ano, 45 milhões de reais; e tinha previsão de 70 milhões de reais no terceiro ano; mesmo assim os números apresentados são irrisórios em relação ao universo de alunos matriculados no Ensino Básico, longe de acreditar que a CBDE teria recursos, com 11 milhões de reais ao ano, de fomentar esporte em 5.500 Municípios do Brasil. É obvio que esse recurso fica restrito à execução de competições na etapa nacional.

Nas etapas estaduais, os Governos estaduais acabam assumindo essa responsabilidade orçamentária. O André também falou que há fonte de outro repasse que também vem das loterias. Esse recurso é descentralizado para os Estados. Nem sempre o recurso chega à Secretaria que executa a competição escolar. No meu Estado, particularmente, o recurso chega para a Secretaria de Estado do Esporte, mas quem executa o esporte escolar é a Secretaria de Educação.

Aproveitando o que o Presidente do CONFEF, Prof. Jorge, falou, realmente é uma questão de estabelecer o conceito, a finalidade e o objetivo. Eu falei que o



objetivo, a finalidade da CBDE é organizar a competição, mas fomentar a política permanente a qual a senhora se refere não é restrito à minha competência. Eu preciso, sim, do apoio de todos os atores que compõem o sistema.

Nós não podemos, em momento algum, abrir mão de qualquer recurso que entre na escola. No Programa Atleta na Escola, o repasse de recurso é diretamente para a escola, era o PDDE — Programa Dinheiro Direto na Escola. O gestor da escola que fazia a aplicação dos recursos. Se ele aplicava aquele recurso única e exclusivamente para promover uma etapa de uma competição no âmbito escolar, ele poderia muito bem reverter esse recurso para o fomento. É óbvio que o recurso era muito pequeno para a necessidade.

Então, as escolas públicas não pagam para participar das competições. Na verdade, cada Estado tem uma formatação diferente. Para qualquer evento que queira ser autossustentável, o seu investimento tem que ser compatível à receita. Se nós não dispomos hoje de investimento público suficiente para arcar com todas as despesas, obviamente, algumas taxas são cobradas.

Nas competições das confederações especializadas, todo atleta, para participar da competição, tem que pagar uma taxa de filiação. Vou dar o exemplo da natação. O atleta paga a sua filiação e cada vez que cai na piscina — eles chamam de Taxa por Queda na Piscina — paga uma taxa adicional. No Brasil, como a natação é praticada por pessoas de poder aquisitivo mais elevado, possivelmente um atleta paga um valor muito extenso para participar de um campeonato.

As competições da CBDE não cobram taxa de participação. Nós cobramos também, a exemplo de todas as confederações, taxa de filiação anual para a manutenção da entidade e para o fomento das competições que realizamos. Mas nós estamos dispostos, sim, a mudar todo o sistema, desde que o apoio seja recíproco entre todos os parceiros que compõem esse projeto.

O SR. JORGE STEINHILBER - Deputada Dorinha, muito obrigado.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, pela ordem. Não seria melhor se antes os Deputados falassem, depois fosse remetida a palavra para a Mesa, e, então, eles fariam o comentário final? É que nós já os ouvimos, e assim haveria aqui um dueto: um fala, ouvimos; outro fala, ouvimos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Eu acho melhor. Como está no meio do caminho, o senhor responde só a esse questionamento, por 2 minutos. Depois, eu passarei a palavra a dois Deputados e faremos um pingue-pongue com todos.

O SR. JORGE STEINHILBER - Usarei menos de 2 minutos, Sr. Presidente.

Primeiramente, hoje, os profissionais formados em Educação Física estão muito mais bem preparados para atuar nas escolas, em virtude do CNE ter estabelecido duas formações: a de licenciatura e a de bacharelado. Temos realmente um profissional preparado para trabalhar com a escola, para compreender a escola, o aluno, para desenvolver esse trabalho.

Concordo com a senhora que isso não está acontecendo, por esse motivo brigamos muito inclusive aqui nesta Comissão. E não acontece porque não existe um plano de educação para Educação Física. Não existe estrutura curricular para Educação Física: cada professor faz o que quer, cada escola faz o que quer, e o plano pedagógico é da escola.

Mudou aquele projeto anterior em que o atletismo era o esporte base e havia a obrigação de que essa atividade fosse desenvolvida, pelo menos, nos 2 primeiros anos. Não existe mais essa situação. Nesse processo democrático, isso não está sendo mais permitido. Atualmente, o projeto tem que estar incluído no Plano Nacional de Educação, tem que fazer parte de um currículo, junto com as escolas. Principalmente, é preciso que isso tenha sido estabelecido.

Toda a questão que foi posta aqui é de ordem financeira. Esta Casa, esta Câmara aprovou um projeto de lei obrigando todas as escolas a terem professores de Educação Física da 1ª à 5ª série. Quando chegou ao Senado, parou o projeto. Por quê? Porque as Prefeituras disseram que elas não tinham dinheiro para contratar professores para desenvolver esse trabalho. Ou seja, a dita falta de recursos financeiros prevaleceu sobre a importância da formação da criança. Mais uma vez, não estamos levando a educação de fato como uma questão de prioridade.

Quanto às atribuições das entidades e órgãos, eu quero ressaltar que o COB, as Federações, as Confederações e a Confederação Brasileira de Desportos fazem o seu trabalho. A competência deles é com a competição. A competência deles é



com o alto rendimento. O que está faltando é exatamente o anterior a isso — que, infelizmente, como a senhora muito bem disse, não está acontecendo.

Mas, vou insistir, esta Casa aprovou o projeto. E eu gostaria que houvesse uma sensibilização, de alguma forma, junto ao Senado para que isso fosse aprovado e inserido no plano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Eu passo a palavra ao Deputado Evandro Roman. Em seguida, falará o Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sr. Presidente, muito obrigado. Realmente, poder falar e depois haver aquela troca é melhor.

Quero parabenizar o Sr. André Arantes, um grande amigo e lutador pela questão do esporte escolar, da iniciação, com muito boas ideias e boa vontade. É uma pessoa comprometida realmente com esse trabalho.

O Sr. Antônio Hora Filho é meu grande amigo de velhos tempos. Conhecemos há muitos anos, em outras funções, e nos encontramos, agora, em uma situação como esta: discutindo com os mesmos objetivos.

O Professor Jorge Steinhilber também é uma pessoa que conheço há tempos. Temos o Conselho Federal de Educação Física atuante, presente, com mais de 400 mil pessoas afiliadas, vinculadas, que fazem parte do sistema CREF/CONFED. Isso nos ajuda muito. Eu falo da seriedade que isso proporcionou à profissão, porque desde a Lei nº 9.696, de 1º setembro de 1988, passou a haver garantia e segurança muito grande para uma profissão tão séria como esta, mas que, muitas vezes, não é levada tão a sério.

Também cumprimento meu grande amigo da Confederação Brasileira de Atletismo Georgios Stylianos. Realizamos no Estado do Paraná uma ação forte em relação ao miniatletismo. Tivemos a honra de capacitar 6 mil professores da rede pública estadual e municipal a trabalharem o miniatletismo em seus principais elementos, que são elementos da vida: saltar, arremessar, correr. É possível trabalhar esses elementos em vários pontos, desde que se tenha criatividade, e geralmente quem tem essa preparação dentro dos trabalhos de licenciatura é o profissional de Educação Física. Ele é o profissional preparado para essa função.



O meu grande amigo César Halum faço questão de cumprimentar pela forma alegre como conduz os trabalhos, não só numa situação e num momento como este, pois são muito boas as reuniões presididas por V.Exa. Sua atuação nos dá tranquilidade, o que torna as reuniões agradáveis.

Vou tentar ser breve.

Gostei muito da explanação de todos. Acho que cada um tem funções totalmente distintas aqui, mas, no final, somos carentes de uma política. Já se tentou uma política antes. Não estou aqui para apontar o dedo para nenhum dirigente, para nenhuma pessoa do Ministério, porque cada um que por lá passou teve a vontade de implementar um sistema — seja o Programa Segundo Tempo, seja o Programa Atleta na Escola. Todo mundo tentou de alguma forma.

Tenho uma visão muito crítica sobre isso. Enquanto não nos sentarmos para discutir essa questão como política pública, juntamente com saúde, educação e várias outras ações multidisciplinares, não conseguiremos estabelecer uma política esportiva de desenvolvimento motor, seja qual for a prática de atividade física.

Concordo com o Professor Jorge. O problema hoje é a promoção da saúde, em primeiro lugar. O problema da saúde pública é o primeiro ponto. Enquanto, no Brasil, se estiver discutindo se o mais importante é ficar entre os 10 primeiros numa Olimpíada... Com todo respeito, isso é bom? É bom, justifica. Mas, muitas vezes, é uma cortina de fumaça que se quer colocar sobre a crença de que a política de esporte está sendo boa. Não culpo os dirigentes, eu não consigo culpá-los, porque convivo com essas pessoas e sei que a sociedade exige estar entre os 10 primeiros. Com frequência, a sociedade não quer saber se existe um plano de desenvolvimento motor, se há um trabalho bem desenvolvido na escola e como ele é feito. Costumo dizer que, no Brasil, vice não dá nem nome de rua. Isso para nós é uma grande dificuldade.

Não há um trabalho maciço que se possa desenvolver. Existe a boa vontade do André Arantes, de vocês, do Antônio Hora Filho, de todos que aqui estão. No meu Estado, o Paraná, os jogos escolares têm quase 70 anos de existência e envolvem as fases municipais, estaduais e regionais. Atingimos quase 100 mil crianças que são levadas à prática. Isso é uma política? Sim, é. Mas ainda não temos uma discussão na escola em que realmente se fazem presentes o Secretário



de Educação, o Secretário de Saúde e o Secretário de Esporte para podermos dizer: *“É isso o que queremos. É para esse rumo que estamos lutando”*.

Hoje o problema maior é a obesidade, o combate à obesidade infanto-juvenil. É muito maior do que qualquer situação que possa ser apresentada por V.Exas. E esse é apenas um problema.

A partir do momento em que se massifica o esporte na escola, de uma forma ordenada, a quantidade naturalmente tira a qualidade. Como? Hoje a política é tão grave que se alguém chega com um carrinho de mão cheio de talentos, você olha para isso e diz: *“E agora, faço o que com isso? Para que lado eu vou? Entrego à Federação? Entrego ao Estado? Entrego para a Confederação? Para quem entrego esses talentos?”* E muitas vezes esses atletas ficam à deriva, não encontram o caminho, muitos se perdem pelo caminho.

Enquanto não forem respeitadas as fases de crescimento, de desenvolvimento e de maturação na escola, para que se possa ter todo esse cuidado, eu diria que nós vamos enxugar gelo, e enxugar gelo é algo que não cessa nunca. O resultado final nós sabemos qual é: zero, vai acabar em nada.

Eu não estou, assim, apontando o dedo para ninguém. Eu me coloco junto dessas pessoas que estão com essa dificuldade. E, por ter sido Secretário do Esporte e do Turismo do Paraná, sei das dificuldades que nós tivemos. E como é difícil você sentar com uma Secretaria, com o Ministério da Educação ou com o Ministério da Saúde e discutir juntos, para que isso realmente passe a ser uma das ações a ser entendida como, primeiramente, desenvolvimento humano, promoção da saúde e algo que possa entrar na alma dos dirigentes e ser uma política de continuidade!

Nós estamos elaborando o Plano Nacional do Desporto, que é um plano que está em bom andamento. No ano passado, discutimos muito isso. Neste ano, ele está em banho-maria realmente, mas o aguardamos, até pela dificuldade que nós tivemos. Eu acho que esta é a terceira semana que a Comissão está exercendo a sua função, pois nós já estamos em 1º de junho.

Eu estava conversando com o Deputado Vicente Candido sobre a possibilidade de darmos agora uma sequência mais firme ao projeto, porque já está 90% avançado ou mais, para que nós possamos realmente ter algo em que nós



possamos estar pautados. Algumas pessoas podem dizer o seguinte: “*Mas isso já existe*”. Eu já ouvi isso. Nós sabemos que não existe. O que existe são prenúncios de um encaminhamento que poderão levar a algo. Mas que isso não existe, não existe. Podem ter certeza disso.

Agora, isso não é uma ação de um Deputado, não é uma ação de um Ministério, de um Conselho. Nós temos que rediscutir isso de uma forma ampla. É algo que nós temos interesse em desenvolver? É. Então, vamos tomar assento à mesa e discutir, mas com a alma de pessoas que querem resolver o problema.

Parabéns a todos vocês. Já falei até demais em relação ao que eu tinha me programado, mas encerro, e repito, dizendo que, enquanto a medalha for mais importante do que um trabalho de formação, desculpem-me, nós não vamos encontrar uma solução que venha a facilitar o nosso trabalho de médio e longo prazo. Os atletas de 2024, 2028, estão na escola agora, estão todos lá, mas não sabemos onde. Agora, para descobrir, nós temos que ter uma política para chegar até eles. Houve vários ensaios, mas não conseguimos ainda chegar a um denominador comum que possamos explorar.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, por economia processual e dado o avançado da hora, eu vou, na pessoa do Prof. Jorge Steinhilber e do nosso Presidente, Deputado César Halum, cumprimentar todos os demais presentes e também o Deputado Evandro Roman. Vou procurar economizar no discurso para sobrar mais tempo para a ação, até porque discurso nós já estamos ouvindo aqui há muito tempo. Já ouvi aqui o professor algumas vezes e, em outros momentos, também os demais palestrantes.

O diagnóstico é perfeito, não dá para discordar do diagnóstico de todos os senhores aqui, dos debates aqui na Comissão, da fala muito lúcida do Deputado Evandro Roman. A conclusão a que se chega é a de que a bola está com o poder: o Poder Legislativo, o Poder Executivo, pelo Brasil afora, com a responsabilidade diferenciada para esta Comissão, que é matéria constitucionalmente atinente a ela. Acho que o caminho aqui colocado pelo Deputado Evandro Roman —, ou seja, essa atribuição dada ao Deputado Evandro, designado pela Comissão — pode ser um caminho para que nós consigamos driblar as nossas vedações constitucionais.



Quanto a esse projeto que o senhor falou que foi aprovado aqui e o Senado está segurando, não vai adiantar o Senado deliberar, porque ele não vai passar pelo crivo da Casa Civil e do Supremo. Quando era Vereador em São Paulo, Prof. Jorge, eu aprovei um projeto dessa natureza, reorganizando o currículo escolar, colocando matérias transversais, culturais, esportivas no currículo, chamadas Cidade e Cidadania. Em dias de inspiração com os professores da rede, fizemos o projeto, ainda como candidato a Vereador. Quando eu me elegi, apresentei o projeto, que foi sancionado pelo Prefeito Celso Pitta. O Ministério Público ajuizou, e eu perdi no Supremo Tribunal Federal em razão do vício de iniciativa. Talvez até a Comissão aqui tenha tido um entendimento alargado sobre isso, mas, dificilmente, eu acho que passa.

Eu estava aqui olhando a pauta da sessão ordinária agora há pouco. Quando fui Presidente da CCJ, eu também me deparei muito com isso. Numa ocasião, eu peguei lá 40 projetos da área de educação, e o Ministro da Educação pediu para não colocá-los na pauta, porque estavam todos com vício de iniciativa. Eu ficava ali entre a cruz e a espada, entre a pressão dos Parlamentares, a posição do MEC e a posição do Supremo. A nossa grande limitação é a vedação constitucional.

Em forma de programa, eu acho que nós conseguimos driblar isso, assim como também em forma de código — é o caso, por exemplo, do Programa Nacional de Educação —, ele pode ter origem legislativa. Eu acho que nós conseguiríamos, Presidente César Halum, talvez fazer um condensamento de todas essas iniciativas, e nós acabamos de deliberar algumas aqui, canalizando para um programa, chamando o Poder Executivo para uma leitura conjunta, a fim de que nós não tenhamos o trabalho de aprovar, e, depois, um burocrata de plantão dizer: “*Isso tudo é inconstitucional*”. Eu já tive esses dissabores (*riso*.)

(Não identificado) - É uma indicação que nós vamos fazer.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Mas eu acho que em forma de programa, talvez nem precisa ser em forma de indicação. É um debate a se fazer. Eu acho que nós temos competência para legislar dessa forma. Eu acho que seria a grande contribuição e o grande avanço. E pelo diagnóstico, pela insistência, pela fala dos palestrantes — e peguei a metade da exposição do Antônio Hora Filho e, depois, a do senhor —, num primeiro momento, não é falta de recursos em si, é



muito mais falta de decisão política, de prioridade. Cada um aqui pode citar a experiência de cidades riquíssimas, que têm *royalties* de petróleo, *royalties* de usina de açúcar, de ICMS, de fábrica de automóveis, e, no entanto, não investem no esporte. E, às vezes, investem errado, investem no esporte de rendimento.

Eu já vi a cidade de São Caetano do Sul bancando o time de São Caetano, gastando 6% do orçamento com o São Caetano, mas não era com a política esportiva. E São Caetano, algumas vezes, foi a cidade que mais enviou delegação para as Olimpíadas. No entanto, como o senhor disse, nem sempre a medalha é a melhor prática esportiva.

Nós não somos um País rico, de PIB alto, mas não é tanto falta de recursos, é falta de cultura. É vergonhoso dizer que um Estado como São Paulo, que é o maior PIB da Nação, investe 0,1% do orçamento em esporte. Isso é vergonhoso. Então, não é falta de recurso, é falta de cultura; de despertar para a importância da leitura, ou seja, aqueles dirigentes executivos, do Poder Executivo estadual, deveriam ler um pouquinho mais sobre a importância do esporte na vida das pessoas, na vida da cidade e na vida de um País; e ler, por exemplo, o documento elaborado pela ONU, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — ODM, de 2000, que ficou à disposição do mundo no *site* da UNESCO, dizendo para o poder público do mundo o seguinte: a cada 1 dólar investido no esporte, você economiza 3,2 dólares na saúde. É simples assim.

Se esses dirigentes de plantão lessem um pouquinho sobre a importância do esporte, o Estado de São Paulo teria vergonha de investir apenas 0,1% do orçamento no esporte. Quando se fala na educação, então, é um horror! É quase um crime. Quando você fala disso dentro da sala de aula, dentro do corpo docente, você é quase um criminoso — e é proibido falar disso —, desobedecendo inclusive alguns artigos da LDB, que dizem que você tem que ter educação plena do corpo, da mente, da alma, que você tem que preparar o cidadão para o mundo, não só para aprender português e matemática.

Eu acho que a nossa função aqui, além de editar norma — e acho que esse caminho aqui pode ser um caminho bastante consistente —, é disputar o pensamento, é construir sensibilidades.



Quando eu me tornei Deputado Estadual, em São Paulo, em 2003, a Assembleia Legislativa estava completando 175 anos de vida e nunca tinha feito um debate sobre a questão do esporte. Não havia uma linha de lei sequer, um artigo, um inciso sequer sobre a prática esportiva na escola ou fora da escola. E a mesma coisa em relação à cultura. Precisamos levar 700 artistas para dentro da Assembleia, como Raul Cortez, Regina Duarte, Antônio Fagundes, todo mundo, para dizer para o Estado de São Paulo, que se diz a vanguarda das políticas e da economia, que é uma vergonha aquele Estado não ter editado uma norma sobre cultura, por exemplo. De esporte, nem se falava.

Então, antes de editar a norma, o agente desperta a atenção dos executivos, e esta Comissão tem essa função, através da televisão e dos meios de comunicação da Casa. Nenhuma cidade é tão pobre que não possa dotar a escola de uma quadra, até porque o recurso para a educação não vem só do Município, ele vem do Estado, da Federação, das empresas e, se você tiver política de acolhimento, da ajuda da sociedade civil. As empresas e os pais vão ajudar. Qual o pai que não atenderia um chamado da Diretora da escola, que está cuidando do futuro de seu filho, para ajudar, para pintar, para limpar, por exemplo?

Então, falta iniciativa, falta despertar a atenção para o fato de que temos um dos piores sistemas educacionais do mundo. Se não houver esporte, é uma mesa faltando uma perna, é um processo manco, é um processo muito falho.

Eu acho que, a partir de encaminhamentos como esses, podemos vislumbrar um sonho para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Obrigado, Deputado Vicente Candido.

Concedo a palavra à Deputada Flávia Moraes, que é professora de Educação Física. S.Exa. não teve a oportunidade de participar de toda a audiência pública, mas nós sabemos que é a área em que ela atua.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar todos os expositores. Estou participando de cinco Comissões, e, por mais que tentemos, é difícil estarmos presentes em todas, mas a nossa assessoria estava presente. Nós parabenizamos a iniciativa da realização desta audiência pública.



Como professora de Educação Física, convivendo com alguns Deputados que são atletas, que praticam esporte de alto rendimento, temos aqui o dever de fazer a defesa justamente da universalização do acesso ao esporte, através do desporto, da educação esportiva nas escolas.

Temos sempre defendido essa parte do esporte aqui nesta Comissão. Trata-se de um papel, às vezes, difícil, porque somos minoria, mas, com certeza, temos contado com o apoio dos pares, desta Presidência, para que possamos aqui debater temas como estamos discutindo hoje.

Eu queria, Sr. Presidente, informar que, nesta semana, estamos apresentando nesta Casa um projeto que vem justamente garantir que o recurso arrecadado pelas loterias seja destinado às escolas públicas do nosso País. Infelizmente, com a atual forma de distribuição, apenas os alunos das escolas particulares têm tido acesso a esses recursos, que são públicos, e nós precisamos trazer esse assunto à discussão.

Por isso, peço o apoio dos pares, para que possamos apoiar esse projeto, que vem justamente criar a obrigatoriedade de que 50% desse recurso, que vem das lotéricas e é distribuído às escolas, seja aplicado em escolas públicas, sem cobrança de taxas. As escolas públicas têm dificuldade em receber esses recursos, porque os campeonatos promovidos com esses recursos são promovidos com a cobrança de taxas, mas as escolas públicas não têm condições de pagar, mas as particulares sim. Por isso, o destino desse recurso público só chega às escolas particulares, que, teoricamente, teriam condições de promover seus próprios campeonatos.

Então, eu acredito que não estamos tirando de tudo, mas estamos dividindo esse recurso e fazendo com que ele chegue às escolas públicas do País. Então, é um projeto importantíssimo, Sr. Presidente, que, com certeza, em breve estará nesta Comissão. E nós gostaríamos de ter, sim, o apoio dos pares.

Vamos fazer um trabalho forte para que possamos aprovar esse projeto. Acredito que ele vai ser um marco não só para ficarmos no discurso, mas que, na prática, possamos realmente ver as escolas públicas tendo acesso e oferecendo essa oportunidade aos alunos que hoje fazem parte da rede pública de ensino do nosso País.



Então, eu queria fazer só essa manifestação. Depois, vamos assistir ao vídeo das discussões. E, mais uma vez, peço desculpas por não ter estado presente no início da reunião, mas temos como resgatar o que foi dito nesta audiência pública.

Agradeço a todos os expositores que estão presentes e me coloco à disposição. Se algum dos senhores quiser contribuir com o projeto, temos aí o nosso Presidente do Conselho Federal, sempre presente e atuante em todas as Comissões e Frentes Parlamentares que tratam de esporte nesta Casa.

Espero que possamos contribuir com esse projeto. É claro que é um projeto inicial, ao qual cabe aperfeiçoamento. E vamos estar à disposição para aprimorar esse trabalho que queremos aprovar nesta Comissão. Acho que ele vai ser muito importante e será uma resposta efetiva aos alunos das escolas públicas do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Muito obrigado, Deputada Flávia Morais, que sempre contribui com esta Comissão.

Há certas coisas que não estão no tema da reunião, mas que nos vão despertando. Do dinheiro da loteria esportiva, 2% são destinados ao esporte, para esse fomento todo. A Caixa Econômica Federal recebe, como taxa de administração, 5% do total da loteria. Isso é um absurdo! Os valores estão invertidos.

Então, a Caixa Econômica, que é um banco de fomento, que já tem um grande privilégio neste País, porque tem, gratuitamente, a conta do Fundo de Garantia — eu, com um volume de dinheiro daquele, estaria satisfeito para administrar e fazer qualquer programa pela frente —, tem a obrigação de fomentar, mas cobra tudo. Quanto às emendas parlamentares que destinamos aos Municípios, 2,5% vão para a taxa de administração da Caixa Econômica. Desse jeito, fica muito fácil patrocinar milhões e milhões para uma ou outra equipe de futebol, à custa do dinheiro que poderia fomentar programas como esses.

Nesse sentido, não posso falar pela Comissão, porque não posso falar por todos, mas V.Exa. pode contar comigo. Estou junto nesta luta.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Da loteria esportiva — diga-se esportiva —, o esporte tem 2%. Do total desse recurso, boa parte fica com a Caixa



Econômica; uma parte é distribuída para o FIES, área educacional; e outra, para o auxílio-reclusão. Há várias situações, mas o menor valor da loteria esportiva é para o esporte. Então, é uma coisa para se repensar.

Eu falo isso porque já fiz parte de uma comissão, na qual discutimos essa questão. E é deprimente saber que volto a falar que loteria esportiva não é tão esportiva assim conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Justamente, mas esse é um assunto que vamos discutir em outra reunião. Há muitas coisas para falarmos sobre isso.

Mas eu vou aproveitar agora, já que não houve nenhuma pergunta específica, e nós discutimos o quadro geral, tanto o Deputado Evandro Roman como o Deputado Vicente Candido e a Deputada Flávia Moraes, para expor três perguntas que foram formuladas pela Internet. Não sei por que essa simpatia, mas as três foram destinadas ao Dr. Jorge Steinhilber — eu custei a aprender falar Halum, mas, agora, Steinhilber eu vou aprender.

Das três, uma é do Prof. Samuel, que faz a seguinte pergunta: *“Professor, essa separação entre licenciatura e bacharelado não seria um fator que poderia atrapalhar o desenvolvimento dessas crianças como possíveis atletas, haja vista que o conhecimento técnico foi retirado do professor quando se separou licenciatura do bacharelado?”*

A outra é do Prof. Fernando Franco, aqui do Distrito Federal: *“O currículo de prática esportiva nas faculdades de Educação Física é, na maioria das vezes, de apenas um semestre. Como desenvolver atividades esportivas na escola, tendo em vista que o foco dos cursos de graduação em Educação Física é preparar o professor para atuar nas academias de ginástica? Como desenvolver o esporte desse jeito?”*

A terceira pergunta é da Sra. Vana Praeses, doutora em Ciência do Esporte, que já tinha feito uma pergunta anteriormente. Ela pergunta: *“O que fazer para que as fontes de fomento e os programas para esporte tenham perenidade? Por que o Sistema Nacional do Esporte não sai do papel?”*



Essa nós já até respondemos para o senhor, mas o senhor tem aí as três perguntas. E, antes do encerramento da nossa reunião, vamos ouvir essas respostas.

O SR. JORGE STEINHILBER - Muito obrigado pelas perguntas. Vou tentar ser bem rápido e sucinto.

Entendo que a questão da separação da licenciatura e do bacharelado, ao contrário, deu à pessoa formada em licenciatura, como eu disse anteriormente, condição de conhecer escolas, de saber trabalhar com escola, de saber trabalhar com aluno e de estar preparada para essa formação. Já o bacharelado vai trabalhar toda essa questão que foi colocada aqui anteriormente da academia, ou seja, da área do *fitness*, da área da saúde, da área do treinamento esportivo.

São duas situações diferentes. O esporte, na verdade, se enquadra nas duas. O esporte vai se enquadrar na escola enquanto uma atividade de desenvolvimento da formação de valores da criança e de alfabetização motora — ou seja, o esporte é um meio, é uma ferramenta que o professor vai utilizar para formar os valores da criança. No bacharelado, o esporte vai ser aquela atividade que vai preparar a pessoa para o treinamento esportivo.

Como em qualquer formação no nosso País, é óbvio que são formações básicas. Depois, na hora da formação, o indivíduo se especializa: aquele que quiser ser treinador esportivo vai se especializar em treinamento esportivo; aquele que quiser trabalhar com a área do *fitness*, na academia, vai se especializar nesse segmento; aquele que quiser trabalhar com hospital, no NASF — Núcleo de Apoio à Saúde da Família, etc., vai se especializar nessa área. Mas é essa formação básica que vai dar a ele noção de aluno e escola; no bacharelado, ele terá uma base para entender o desenvolvimento do indivíduo.

A questão do currículo esportivo, que a Fernanda perguntou, é exatamente essa questão da especialização. Eu entendo que isso vale para todas as formações no Brasil. O médico, por exemplo, é formado em Medicina e vai se especializar, depois, na área que ele entende. No Direito, acontece a mesma coisa. A Educação Física cai no mesmo processo: uma formação básica, na qual o indivíduo vai estar preparado para esse desenvolvimento.



Eu creio que, dessa forma, ficam respondidas essas duas questões que foram endereçadas a mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Muito obrigado.

Caminhando para o encerramento da reunião, nós vamos agora conceder a palavra a cada um dos nossos expositores por 30 segundos, para que eles possam fazer as suas considerações finais. Como se diz na prática da política, 30 segundos prorrogáveis por igual tempo, está bom? Vamos começar pelo André Arantes.

O SR. ANDRÉ ARANTES - Eu vou encerrar com esta lâmina porque, de certa maneira, acredito que ela contenha respostas para algumas questões que são colocadas aqui.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quando o Deputado Evandro coloca que o fundamental deve ser a questão da saúde, eu concordo. Quando o Prof. Jorge diz que o fundamental é darmos condição, é estruturarmos a Educação Física, o espaço, a infraestrutura na escola, eu concordo. É importante dizer que não discordamos disso, assim como não discordamos do fato de que, além da educação básica, você tem que ter o ensino médio, tem que ter o ensino universitário e tem que formar mestres, doutores, pós-doutores, porque é assim que o processo de educação todo acontece.

Eu quero terminar com essa foto, porque ela mostra exatamente isso. O Programa Atleta na Escola está aqui. Ele é um detalhe desse processo todo. Nós viemos para discutir um detalhe e pouco se discutiu esse detalhe. Acredito que as falas foram muito adequadas, mas é importante percebermos também que precisamos discutir o detalhe, precisamos discutir o macro, precisamos discutir o *mezzo*, senão perdemos a noção das coisas.

Quando o Deputado Evandro coloca a questão do “mais importante é”, como teórico hoje em dia, eu duvido que haja alguma coisa mais importante. Na verdade, as coisas todas são importantes. O importante é que se faça o equilíbrio entre elas. Eu não consigo pensar na Educação Física, no Segundo Tempo ou no Atleta na Escola separadamente. Eu posso até falar sobre isso separadamente, porque é uma questão de esquartejar os elementos para poder falar com um pouco mais de profundidade sobre eles, mas tenho que falar de um elemento desses sempre no contexto geral.



Então, era isto que eu queria colocar: a saúde é fundamental, o desenvolvimento esportivo é fundamental e ganhar medalha também é fundamental. É importante que nós estipulemos uma razão entre essas coisas, para que o financiamento dê possibilidade de fomentar isso de forma harmônica. Eu diria que, ao ficar escolhendo um ou outro para dizer que é fundamental, nós caímos numa armadilha, porque isso não é um processo que acontece só, ele acontece de forma integral, e a história do desenvolvimento esportivo tem ficado emperrada até hoje devido a uma visão fragmentada dele.

Portanto, entender o esporte como um elemento total — que inclui, no nosso caso específico, a Educação Física, programas como Segundo Tempo, que visam a dar oportunidade de participação esportiva, e também programas voltados ao desempenho, ao desenvolvimento dos talentos e da participação de competição — nessa etapa da vida do estudante, do escolar, é fundamental. É apenas entendendo a pintura toda e conseguindo colocá-la inteira para se movimentar que nós, efetivamente, conseguimos dar respostas para a saúde, para a participação e para o desenvolvimento dos nossos talentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Muito obrigado, André Arantes.

Concedo a palavra o nosso amigo, o Sr. Antônio Hora Filho.

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO - Eu gostaria de externar um pouco a minha simpatia pela história da Deputada Flávia, professora de Educação Física na sua formação inicial, que galgou à gestão pública e passou pela Pasta do Trabalho também. Eu também sou formado em Educação Física, fui Secretário do Trabalho e a admiro a distância. Queria dizer que a senhora está coberta de razão na sua preocupação de fazer com que o recurso público chegue à escola pública. Mas eu queria fazer aqui uma brincadeira em relação a esse recurso: ele é uma cobertura muito curta; quando você a puxa para cobrir a cabeça, descobrem-se os pés.

Veja a lógica do repasse dos 2% das loterias. Vamos considerar os 100%. De tudo o que chega ao esporte, 85% ficam no COB, que é o esporte de rendimento; apenas 10% descem para o esporte escolar. Desses 10%, o COB executa a metade. Então, só 5% chegam ao escolar; e mais 5%, ao universitário. Desses 85% que o COB executa diretamente, 35% são de repasse para as confederações



especializadas e 50%, portanto, ficam para a administração do COB. Nesse caso, nós vamos disputar aqueles 5% que vão para a CBDE — Confederação Brasileira do Desporto Escolar. Eu puxo o tapete para cobrir a minha cabeça, a senhora puxa para cobrir os seus pés, quando, na verdade, nós estamos falando de algo muito pequeno em relação ao que a base do esporte precisa no Brasil.

Eu me detive, neste encontro, especificamente a defender a manutenção do Programa Atleta na Escola, porque o investimento, no primeiro ano, foi de 30 milhões, o resultado foi maravilhoso. No segundo ano, foi de 45 milhões, e o resultado dobrou a *performance*. Se nós tivéssemos dado continuidade ao programa — a previsão era de 70 milhões, o que não é nada em relação ao recurso aplicado ao esporte de rendimento —, ao longo de 10 ou 12 anos, nós teríamos, sim, uma política permanente que permitiria o acesso à escola pública de forma gratuita. O desportista está tão acostumado a receber pouco que agora estamos brigando por um pedaço de pão quando, na verdade, a padaria o está fornecendo para outros meios.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Desculpe-me aparteá-lo, mas qual é o valor desses 5%?

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO - Onze milhões por ano. Onze milhões por ano para promover competições esportivas de mais de 15 modalidades por ano e conduzir as delegações aos campeonatos mundiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Em todo o território nacional.

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO - Campeonatos no mundo. Agora, nós estamos levando uma delegação, cerca de 230 atletas, para disputar a Gymnasiade, na Turquia. Todas as despesas estão dentro desses 11 milhões. E 11 milhões não resolveriam o problema de Sergipe, que é o menor Estado da Federação, se fôssemos fomentar esporte em todas as escolas públicas.

Então, nós temos que pensar macro, temos que priorizar o orçamento do Ministério da Educação, do Ministério do Esporte, para revertermos a ordem de investimento. Se todos entendem que a escola é a base do esporte, que é lá onde está a maior quantidade de praticantes, é para lá que tem de ir a maior parte do dinheiro, e não ficar no alto rendimento.



Agora eu quero dizer o seguinte: sou apaixonado pelo esporte de alto rendimento; vibro quando vejo nossos atletas ganharem medalha; emociono-me quando tocam o Hino Nacional; e tenho orgulho de ver o Brasil no topo do pódio. Como eu sou educador de formação, quero transformar o meu País e acredito, sim, que o esporte é uma ferramenta que pode contribuir para essa transformação.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Muito bom.

Então, isso reforça a tese de que a Caixa Econômica está ganhando muito, porque ela pega duas vezes e meia, como taxa de administração, o que é destinado a todos os esportes no Brasil, e tem o menor *payout* do mundo — *payout* é o que você arrecada com o jogo e devolve ao apostador em prêmio. O mundo inteiro devolve em torno de 60% do valor do jogo em prêmio, e a Caixa Econômica devolve de 35% a 40%. Eu acho que nós temos de mexer ali. O ninho do problema do esporte a ser resolvido está ali, doutor.

Concedo a palavra ao meu amigo Georgios Stylianos Hatzidakis.

O SR. GEORGIOS STYLIANOS HATZIDAKIS - Como economizei anteriormente, vou gastar meu tempo agora.

Infelizmente, nossas necessidades são ilimitadas e nossos recursos são limitados. O esporte é um investimento que vale a pena ser feito. Hoje, 90% do esporte do País são mantidos pelo poder público, tirando o futebol. Esquece o futebol, porque o futebol não é esporte, é paixão, é outra coisa. Noventa por cento das práticas esportivas de federação, de confederação, de clube são mantidas pelos Governos Municipal, Estadual e Federal.

Nós sabemos da crise financeira, e isso está atingindo em cheio a prática esportiva: os eventos estão sendo cancelados, os eventos de longo prazo estão terminando porque não têm recursos. Esse é o problema. Simplesmente dizem que isso não é prioridade e tiram os recursos da área esportiva. Isso não pode acabar. Diminuem o recurso, mas não acabem com ele.

Como foi dito aqui, o Programa Atleta na Escola foi um tiro certo, um investimento certo, o dinheiro estava indo para as escolas municipais. Cada uma recebia mil reais para organizar suas competições, para comprar medalhas para os



alunos, para organizar e demarcar suas quadras, para os professores compararem material de atletismo, o que iria ficar para depois. E isso surtiu efeito.

Então, hoje, com uma visão específica para o atletismo, nós queremos que os Deputados entendam isso e que realmente façam uma ingerência junto ao Ministério da Educação. Digo isso porque, apesar de toda a crise, apesar de toda dificuldade financeira que tem hoje o poder público, um investimento pequenininho direto na escola acaba estimulando a prática do atletismo na escola e gerando, a longo prazo, um grande benefício para o País. A medalha não é o benefício, mas, sim, o espelho que aquele aluno tem.

Nós temos hoje os nossos heróis olímpicos — no caso do atletismo, dez heróis olímpicos — que, quando vão a uma escola, sensibilizam toda ela para uma qualidade de vida melhor, pela prática de atividade física e pela educação a que o esporte leva.

Esse é um ponto fundamental que eu gostaria que os Deputados entendessem e nos ajudassem realmente a recuperá-lo a partir 2017, mesmo que em escala menor, mesmo que seja só com o atletismo — puxando a sardinha para o meu lado. Mas isso é de fundamental importância para o desenvolvimento do atletismo no País.

O segundo ponto é que a Confederação Brasileira de Atletismo não está preocupada apenas com o alto nível, mas também com a base. Hoje, temos um programa de capacitação, ou de sugestão para os professores de atletismo das escolas ensino superior. Temos mais de mil cursos de Educação Física no País. Praticamente 2 mil professores dão aula de atletismo. E nós estamos oferecendo a eles material pedagógico — como trabalhar o atletismo na escola, seja na licenciatura, seja no bacharelado —, com o intuito de ajudar no que for preciso para termos atletas no futuro.

Então, este é outro ponto no qual estamos atuando: na educação e na formação dos professores e dos futuros treinadores. A quantidade de treinadores hoje é muito pequena. No Brasil inteiro há mil treinadores de atletismo registrados. Esse é outro ponto que também nos preocupa muito.

O terceiro ponto é aquela história: “*Detectou-se o talento. Para onde ele vai?*” O André e eu fizemos uma conta: para que haja centros de treinamentos em todos



os Municípios do País, com população acima 200 mil habitantes, seria necessária a bagatela de 6 bilhões de reais por ano. Esse valor é absurdo! Sabemos que isso nunca vai acontecer.

No atletismo, nós estamos tentando resolver isso. O Ministério do Esporte inclusive tem feito investimentos. E temos a Rede Nacional de Treinamento, que nos permitiu fazer, com limitação de recursos, oito centros locais de treinamento de atletismo, onde esses atletas poderão ser encaminhados para ter aperfeiçoamento — não é para morar lá, mas é para aperfeiçoar sua técnica; dois centros regionais e dois centros nacionais. Nesse sentido, já que temos limitação de recursos, procuramos fazer o melhor possível com o que nós temos. Assim o Ministério do Esporte, em parceria com a Confederação Brasileira de Atletismo, está lançando essa Rede Nacional de Treinamento de Atletismo, justamente para pegar esse atleta que foi detectado na base, na escola, e tentar dar a ele e ao seu treinador certa orientação para que, no futuro, ele consiga manter esse trabalho e ser um grande atleta.

Então, realmente nós reiteramos esse pedido aos Deputados, a esta Comissão, no sentido de que façam ingerência junto ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte, para que o Programa Atleta na Escola volte a partir do ano que vem.

Muito obrigado a todos pela atenção.

Muito obrigado ao Deputado César Halum por essa iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Muito obrigado, Georgios.

Vou conceder mais 30 segundos ao Sr. Steinhilber, para suas considerações finais. Desculpe-me, mas nós estouramos nosso horário, que era até as 17 horas. O assunto está tão bom, e nós gostaríamos de ficar muito mais tempo, mas, infelizmente, por causa dos outros compromissos, temos que cumprir as regras.

Com a palavra o Sr. Jorge Steinhilber, por 1 minuto.

O SR. JORGE STEINHILBER - Obrigado.

Em primeiro lugar, eu gostaria que reverberassem as palavras do Deputado Vicente Candido, que deixou muito claro seu posicionamento. O Deputado Evandro Roman mostrou que é possível fazer alguma coisa, na medida em que ele apresentou o trabalho enquanto Secretário do Esporte do Paraná. E a Deputada



Flávia Moraes, que tem sido uma grande batalhadora na busca da compreensão do esporte enquanto fator educacional, vem demonstrando também preocupação com a política pública, ou seja, com a questão de trazer os recursos para a escola pública, porque, sem recursos, isso evidentemente não vai acontecer. Mas fica muito claro que, se o esporte não for compreendido como prioridade, ele não vai acontecer. A questão não é financeira; a questão é compreensão da prioridade. O esporte não é apenas a medalha.

O esporte hoje contribui para a formação; o esporte hoje contribui para o conhecimento cognitivo; o esporte hoje contribui para a saúde; o esporte hoje contribui para a formação. Ou seja, se nós não entendemos a importância do esporte enquanto fator de prioridade básica, sem alfabetização motora, não vamos conseguir chegar ao atleta na escola. Eu só vou conseguir chegar ao atleta na escola, se houver alfabetização motora. Se a criança não aprende a ler, não aprende a escrever, não aprende a se movimentar, não tem coordenação, como é que eu faço um projeto para que essa criança possa ser atleta?

Volto a repetir: não é uma questão de recursos financeiros apenas. É óbvio que, se nós falamos em competição, o recurso é financeiro. Mas, se nós falamos da formação cidadã, da contribuição que o esporte pode dar para a aquisição de conhecimento cognitivo e para o desenvolvimento, todos os Governos precisam entender que isso é prioridade. Sem dúvida, sendo prioridade, esse recurso vai aparecer, e nós teremos um cidadão melhor, um país mais saudável, e as medalhas vão aparecer como consequência, e não como finalidade.

Obrigado pela oportunidade.

Mais uma vez cumprimento a Comissão por estar debruçada sobre um assunto tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Nós que agradecemos a todos.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Presidente, gostaria de fazer uma intervenção rápida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Pois não, Deputada Flávia Moraes.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu sempre questiono a realização das audiências públicas, ocasião em que nós falamos muito e temos pouco efeito prático.

Eu queria solicitar a V.Exa., Sr. Presidente, que esta Comissão encaminhasse uma indicação, sugerindo uma visita ao Ministro do Esporte e ao Ministro da Educação. Eu acho que isso é muito forte. Poderíamos convocar alguns dos Deputados da Comissão para fazer uma visita aos novos Ministros e levar a eles as demandas que foram discutidas aqui. Essa do retorno do Programa Atleta na Escola, com certeza, é muito significativa. Eu acredito que será significativa nossa visita ao Ministro do Esporte e ao Ministro da Educação.

Queria também dizer ao Sr. Antônio, que representa a CBDE, que esse projeto nosso que vai ser aprovado aqui não impede que possamos trazer mais recursos. O fato de garantimos que metade dele seja para escola pública, o que não acontece hoje, vai até nos desafiar a aumentar esse cobertor. E eu acredito que existe a boa vontade de todos os Parlamentares para que possamos conseguir isso.

Então, eu queria mais uma vez parabenizar todos que participaram desta reunião e também dizer ao Presidente que nós precisamos fazer mais audiências sobre esse assunto.

Esta Comissão tem se debruçado muito sobre o esporte de alto rendimento. Nós precisamos fortalecer o esporte educacional, o esporte na base, nas escolas, para que possamos fazer com que ele realmente contribua com a formação de caráter dos nossos jovens.

Fico muito preocupada com acontecimentos como o do estupro coletivo que escandalizou a todos nós. Fico preocupada porque, quando falamos de estupro individual, falamos do desvio de conduta de uma pessoa. Quando vemos ações como essa, cometida por uma coletividade, por um grupo de pessoas, no caso 30 pessoas, e ninguém ali teve um comportamento diferenciado, de gritar, de falar “*não, não vamos fazer isso*”, aí já é deformidade da sociedade, e não só de um indivíduo. Então, vemos que alguma coisa está falhando.

Nós sabemos que o esporte é um dos caminhos existentes para enfrentar as grandes mazelas sociais que temos hoje, principalmente a questão da drogadição, com a qual o esporte não é tão compatível — aliás, pode até ser, mas os dois não



são tão compatíveis. Se nós pudéssemos ter mais jovens praticando esportes, nós teríamos, com certeza, muito menos deles envolvidos com a drogadição.

Encerro por aqui e agradeço a V.Exa. a oportunidade de me manifestar.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado César Halum) - Nós que agradecemos.

Entendemos sua preocupação, que é a preocupação de todos nós.

Durante este ano, vou tentar fazer com que as audiências públicas não sejam um mero cumprimento de aprovação de requerimentos nesta Casa, mas que tenham realmente uma fundamentação.

Portanto, o assunto tratado nesta Comissão não pode terminar aqui. Dele sairá um relatório, e todos nós vamos tomar providências. Inclusive, temos condição de convidar os Ministros para virem até aqui, e assim vamos proceder. E vamos fazer uma comissão de Parlamentares para ir até os Ministérios. Vamos acompanhar tudo. Eu acho que nós temos muito a fazer pelo esporte brasileiro. É uma pena que 1 ano seja muito pouco tempo, mas alguma coisa tem que ser feita.

Muito se construiu nesta Comissão, que foi criada em 2013. De lá para cá, nós evoluímos, tivemos várias conquistas. O fato é que nunca ficamos satisfeitos com o que já conquistamos, sempre queremos uma conquista a mais. Acho que essa é nossa obrigação, e nós vamos tentar fazer isso.

Agradeço a presença e a participação ativa de todos, assim como a de vários Parlamentares que estiveram conosco durante o debate.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados para reunião deliberativa no dia 8 de junho de 2016, quarta-feira, às 14 horas, neste plenário, seguida de audiência pública que debaterá o futebol de base no Brasil.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública.